

Apresentação do livro

Hegemonia e Resistências no Brasil: História, Política e Educação.

Este livro tem por objetivo reunir um conjunto de pesquisas inéditas e recentes, compreendendo questões referentes à hegemonia e resistência no Brasil, no campo da história, da política e da educação. Os autores foram organizados a partir de uma temática ampla, envolvendo pesquisas já concluídas, mas que convergissem dentro de uma perspectiva crítico-radical de sociedade. Neste sentido, os artigos agrupados versam sobre temáticas diferentes que se complementam ou se interligam.

Na primeira parte, refletimos sobre a história do Brasil e da Bahia, trazendo pesquisas sobre movimentos sociais contestatórios; o processo de industrialização e o perfil do operariado; o papel contra-hegemônico do teatro e do cinema; a tentativa de normatização da conduta social e a resistência dos povos indígenas.

O livro começa com o artigo *De passeata a quebra-quebra: Resistência e explosão popular*, de Edemir Brasil Ferreira, no qual são analisados os sujeitos, as motivações, as ações e os resultados do episódio conhecido como Quebra-quebra de Salvador, em 1981. Baseando-se em fontes jornalísticas, o estudo reconstrói a *quinta-feira da explosão popular*, analisando as ações dos movimentos organizados, dos partidos políticos e da multidão que ousou roubar a cena, passando a ter um papel protagonista na luta contra o aumento das passagens de ônibus na capital baiana. O estudo sinaliza, ainda, o papel do governo na repressão contra a multidão, o que resultou em centenas de presos e feridos. Além disso, mais de quinhentos ônibus depredados, uma dezena incendiada e uma forte turbulência política são alguns dos eventos apontados como saldo dessa batalha.

Em seguida, é apresentado mais um artigo na perspectiva dos de baixo: *“Sou do Marotinho, mas não sou malandro”: Movimento Baixa do Marotinho – Salvador (1974-1976)*, de Gisele Oliveira de Lima. A autora versa sobre o movimento social de luta pela moradia conhecido por Marotinho, ocorrido durante a década de 1970, que culminou com a formação de um bairro homônimo na cidade do Salvador. Com um intenso levantamento de fontes jornalísticas, documentais e orais, o movimento é descrito a partir de uma narrativa histórica na perspectiva dos excluídos. Analisando-se o contexto, percebe-se que a situação de necessidade de moradia e reação popular foram geradas por projetos socioeconômicos que não atendiam à demanda de todos.

No estudo de Vanessa Cristina Santos Matos, *Os primeiros traçados da industrialização na Bahia: segundo a composição social da classe trabalhadora por sexo e raça*, a autora busca refletir sobre o enigma da industrialização na Bahia, para compreender a dinâmica de formação

da classe trabalhadora no estado, segundo a perspectiva das relações entre os sexos e raça e estruturação do mercado de trabalho em Salvador. Foram utilizados, para isso, dados estatísticos evidenciando a composição do operariado quanto à profissão e ao gênero no início do século XX.

Mudando um pouco de foco, apresentamos a pesquisa de Caroline Lima Santos: *O nacionalismo e o desenvolvimentismo: intelectuais, produção cinematográfica e reforma agrária*, cuja proposta é discutir acerca dos intelectuais e da ideologia desenvolvimentista, da importância dos Institutos, como o Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Escola Sociológica Paulista, na produção de um discurso prol industrialização e urbanização. Além disso, aborda-se a importância dos Movimentos Sociais do Campo, das Ligas Camponesas e o impacto dessa insurreição rural no projeto desenvolvimentista que estava em curso, analisando a influência desses elementos na produção de filmes com temáticas rurais.

Ainda relacionando História e Arte, o artigo de César Carneiro, *Aventura e desventura: uma peça proibida*, faz uma apresentação e análise contextualizada da peça “Aventuras e desventuras de um estudante”. Proibida pela direção do Colégio Estadual da Bahia, a peça transformou-se no pivô de uma greve de estudantes que, lutando pela liberdade de expressão, enfrentaram autoridades civis e militares no Estado da Bahia no ano de 1966, em plena ditadura. Ancorado em um leque de fontes que engloba arquivos escolares, jornais da época, arquivos pessoais, documentos da repressão e depoimentos de protagonistas e contemporâneos, o artigo é uma contribuição historiográfica acerca do movimento estudantil no período da ditadura militar e do papel desempenhado pelo teatro.

Partindo para um olhar historiográfico sobre o interior da Bahia, apresentamos dois estudos. O primeiro é o ensaio *Políticas indígenas e políticas indigenistas na capitania de Porto Seguro: uma análise da experiência do índio Manuel Rodrigues de Jesus (1795-1800)*, de Francisco Cancela. O autor relata e analisa o caso de um índio Meniãs que morava na vila de Belmonte, extremo norte da Capitania de Porto Seguro. Esta saga em defesa dos direitos indígenas, em pleno século XVIII, pode ser utilizada como ponto de partida para repensar as diversas *políticas indígenas* construídas no cotidiano da sociedade colonial, que deslizava da *resistência de ruptura*, como as rebeliões, até a *resistência adaptativa*, a exemplo da história aqui apresentada, em que o índio optou por viver na sociedade colonial sem, contudo, perder sua identidade indígena.

O segundo, *Entre contestações e negociações à “legalidade urbana: a dinâmica cidade de Nazareth nos anos iniciais da República*, de Lucas Santos Aguiar, propõe uma análise acerca da tentativa de regulamentação das vivências urbanas instituída pelo Código de Posturas de 1893, da cidade de Nazaré, num contexto em que estavam em voga os ideais de civilização, modernidade e progresso, propagados pelas elites republicanas. Entendendo as mediações legais, institucionais e jurídicas como espaços de disputas, que são demarcadas por práticas sociais e que, ao mesmo tempo, podem marcar, definir e redefinir as próprias relações sociais, o estudo pretende investigar possíveis tensões, negociações e acomodações inerentes à

aplicação das normas instituídas por aquele mecanismo de regulamentação e controle da vivência urbana na cidade de Nazaré.

A segunda parte do livro aborda questões relacionadas à política. Tem início com a temática: *Estado Capitalista, Hegemonia e Contra-hegemonia: Apontamentos para uma análise do Estado contemporâneo*, de Raphael Fontes Cloux. O artigo tem por objetivo relacionar as teorias sobre Estado, Exploração e Hegemonia marxista para construir um roteiro analítico das gestões governamentais e políticas públicas desenvolvidas na contemporaneidade. Discute como, numa sociedade democrática, os interesses da burguesia são tornados hegemônicos e, ao mesmo tempo, como pode ser desvelada a política de gestão de Estado.

O Segundo, *Hegemonia e Bloco Histórico no Brasil pós Lula da Silva*, do professor Jorge Almeida, estuda a correlação de forças política, econômica e social no Brasil a partir do primeiro mandato presidencial de Lula da Silva. O autor analisa este período conjuntural não como um mosaico de fatos passageiros ou isolados da nossa história, mas em suas relações de força, estruturais e superestruturais, mais permanentes. Isto significa estudar a questão da hegemonia e do Bloco Histórico hoje no Brasil. Almeida defende que esta relação de forças, atualmente, é mais favorável ao grande capital do que antes dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, pois estes não desenvolveram uma política contra-hegemônica. Ao contrário, têm sido instrumentos para a estabilização da hegemonia preexistente e para a consolidação da ordem social (socioeconômica-política-cultural) do capital.

Ainda dentro da mesma temática, temos mais dois estudos. *Os sentidos da identidade de esquerda no discurso do Presidente Lula*, de Luís Antônio de Araújo Costa, apresenta os resultados parciais obtidos, referentes à ideia de *esquerda*, no interior de uma pesquisa mais ampla sobre os sentidos do socialismo no discurso do presidente Lula em seu primeiro mandato. Tendo como ponto de partida o referencial da tradição marxista de pensamento, esta pesquisa teve por problematização teórica a análise sobre os sentidos assumidos pela ideia de socialismo no discurso do ex-presidente Lula em seu primeiro mandato.

Já Yang Borges Chung, em seu artigo *Hegemonia e transposição do rio São Francisco: a validade dos conceitos de hegemonia e Estado na teoria marxista em um exemplo vivo da realidade*, contribui com o debate a respeito da validade dos conceitos de hegemonia e de Estado na teoria marxista. O autor aborda teoricamente estes conceitos, mas também se fundamenta na realidade concreta expressa em fatos, ações, concepções técnicas e política de intervenções no rio São Francisco, exemplo vivo da realidade escolhida para se discutir a relação entre empírico e teórico como processo dialético na compreensão e análise dos fatos. Também são diagnosticadas as ações do Estado brasileiro e, mais especificamente, dos Governos Lula e Dilma na execução da obra da transposição das águas do rio São Francisco, este último ainda em caráter apenas introdutório.

Enfatizando outro aspecto, mas ainda analisando ações do governo Lula, no estudo *O Escravidão Colonial Brasileiro e as Comunidades Quilombolas na Contemporaneidade*, Valdir

Almeida Santos faz uma reflexão histórica que permeia o escravismo ocorrido no Brasil colônia e a formação dos quilombos. O autor tem como objetivo estabelecer um debate a respeito das comunidades remanescentes de quilombos, a partir do Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, mediante o Decreto nº. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por estas comunidades.

Os dois últimos artigos desta segunda parte versam sobre a questão da moradia e o Movimento Sem Teto. Cezar Miranda, em *Formação urbana de Salvador e luta pela moradia: hegemonia, contradições e desigualdades*, aborda a formação de Salvador, ao longo do século XX e início do século XXI, marcada por um processo de prevalência dos interesses do capital sobre as demandas de habitação da população pobre que, para enfrentar tal ofensiva, se organiza em movimentos sociais, evidenciando as contradições da sociedade vigente e as desigualdades da primeira capital do país. O presente trabalho analisa como, a partir das primeiras ocupações (“invasões” como eram denominadas à época), os setores populares lutam pela moradia em Salvador na década de 1940: as associações de moradores na década de 1980, e a insurgência do Movimento dos Sem Teto em 2003, enfrentando o poder político hegemônico associado aos interesses do capital imobiliário.

A professora Ana Vaneska Santos de Almeida, no trabalho *A Representação Social de Gênero do MSTB no Jornal A Tarde no ano de 2003*, trata da análise do conteúdo de falas de membros do MSTB em entrevistas registradas em um veículo de comunicação do estado da Bahia, o jornal *A Tarde*. Considerando-se que o universo das mulheres do Movimento, segundo dados fornecidos pelas próprias lideranças, é de 67,5%, que a Luta pela Moradia é, historicamente, encampada por figuras do sexo feminino, as quais constituem a maioria das lideranças *Sem Teto* e que, mesmo assim, num dos principais veículos de comunicação baianos, a voz destas aparece, comumente, num lugar de coadjuvantes, cumprindo o papel de nutrir o conteúdo do discurso geral e político dos homens, perguntamo-nos as razões para esse fenômeno de invisibilidade.

A terceira parte do livro versa sobre a manifestação das ações entre o discurso formal e a práxis efetiva na educação. Em uma compreensão sobre o pano de fundo de uma Reforma Curricular neoliberal, Eliziário Andrade, no artigo *Educação e Reforma Curricular para além do neoliberalismo*, verifica que o currículo é a síntese de concepções da sociedade e visões de mundo que se objetiva através das disciplinas, das ementas, conteúdos e práticas pedagógicas. Trata-se de uma práxis social, cultural e ideológica, um campo de disputa hegemônica de ideários humanos e sociais, e não um objeto estático ou neutro. Como tal, é a expressão da função socializadora e cultural da educação. Por isso, as funções que o currículo cumpre, como expressão do projeto cultural e da socialização, são realizados por meio de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que gera em torno de si. Desse modo, analisar currículos concretos para reformá-los significa estudá-los no contexto histórico em que se configuram e no qual se expressam em práticas indelévels das relações sociais, lugar em que se reproduzem – culturalmente – as estruturas sociais de classe da sociedade capitalista e de

disputa de hegemonia político-ideológica.

A professora Maria Augusta Neves Silva, em *A pluralidade dos saberes que compõem a formação dos (as) professores (as) das séries iniciais*, realiza sua abordagem partindo do seguinte questionamento: Qual a natureza dos saberes que alicerçam o trabalho e a formação dos (as) professores (as) das séries iniciais e como esses saberes vêm sendo considerados no processo de formação docente? O trabalho apresenta como objetivo geral analisar os saberes docentes, identificando sua natureza e se estes têm sido considerados no processo de formação dos (as) professores (as).

Acesso à obra completa e contato com os autores:

www.editorakawo.blogspot.com / editorakawo@gmail.com